

Aristides descarta nova CPI sobre ex-presidente

Belo Horizonte — O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, disse ontem, nesta capital, que “não há mais possibilidades” de o Congresso propor a reabertura da CPI que tentou apurar denúncias de corrupção no governo do ex-presidente e atual senador José Sarney (PMDB-AP). “Não cabe mais questionar o Supremo Tribunal Federal (STF), porque é uma decisão definitiva da Suprema Corte Brasileira”, justificou Junqueira, explicando que a denúncia oferecida pelo Ministério Público, na época, foi arquivada.

Acreditando que o Supremo “agiu dentro do que permitia a lei”, o procurador lembrou que a justificativa para o arquivamento foi a de que não havia provas suficientes para abertura do processo. Junqueira disse que a impossibilidade de reabertura da CPI se da “principalmente” com relação às denúncias contra o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira (PTB-MG).

Aristides Junqueira acredita

que já existem “confissões de delito, provas ou, pelo menos, indícios” para o oferecimento de denúncia contra deputados que prestaram depoimento na CPI do Orçamento. Sem querer dar os nomes dos que seriam atingidos pela ação do Ministério Público, Junqueira disse que a denúncia não será oferecida agora só para não correr o risco de o Supremo Tribunal Federal considerá-la, no momento, inepta. Três procuradores, lembrou, estão acompanhando a CPI e também o inquérito da Polícia Federal.

O procurador ressaltou que o vazamento de informações na CPI não “afeta o valor da prova”, ainda que a quebra de sigilo possa ser enquadrada no Código Penal. Ele lembrou que o “melhor remédio” para as denúncias de corrupção é a aplicação da Lei nº 8.429, de junho de 1992, sobre atos de probidade administrativa. “É um instrumento valioso contra a corrupção”, disse Junqueira.